

# Parlamentares derrubam veto presidencial e aprovam aumento salarial para si próprios

por Eduardo Holland  
de Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 296 votos a favor, 54 contra e 11 abstenções, um aumento salarial de 35% para deputados e senadores. O aumento eleva os salários de CR\$ 3.800.511,44 (4.952 URV em 16 de março) para CR\$ 5.130.536,95 (6.685 URV), igualando-se aos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal e vai gerar um acréscimo mensal de CR\$ 776,7 milhões nos gastos do Congresso. O aumento, porém, só entrará em vigor se também for aprovado pelo Senado. A votação no Senado somente ocorrerá na próxima semana.

O aumento, na verdade, aconteceu por causa da rejeição de um veto do presidente Itamar Franco à Lei da Isonomia Salarial, aprovada há mais de três meses. Na votação de ontem no Congresso Nacional, vo-

taram, como é regimental, primeiro os deputados, que rejeitaram o veto e fizeram valer o texto original da lei. Quando iria começar a votação no Senado, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, assumiu o comando dos trabalhos e, ao constatar que não havia o quórum de 41 senadores presentes (maioria absoluta) para a votação, encerrou a sessão às 14 horas.

Lucena só vai marcar nova sessão do Congresso, para dar prosseguimento à votação do veto à Lei da Isonomia, depois de reunir-se na terça-feira com os líderes do Senado, para decidir uma mobilização de senadores suficiente para a votação. Para o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), o veto tem que ser mantido "porque o momento exige austerdade". A posição de Simon é compartilhada pelo líder do PFL, Marco Maspiel, que ontem mesmo, du-

rante a discussão da matéria, foi contrário ao aumento de salário.

A discussão do veto presidencial, especialmente entre os deputados, que votariam primeiro, foi demorada. Todos os líderes partidários encaminharam a votação pela manutenção do veto, rejeitando o auto-aumento. Mas, como era uma votação secreta, "acabou havendo uma decisão descabida, inconstitucional e irresponsável", segundo o vice-líder do PMDB, Germano Rigotto (PMDB-RS).

Do lado dos poucos que admitiram publicamente o voto pelo aumento, a argumentação, como no caso dos deputados Sarney Filho (PFL-MA) e Roberto Cardoso Alves (PTB-SP) foi no sentido de que "não estamos dando aumento nenhum. Apenas estamos fazendo valer uma lei aprovada pelo Congresso".

O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-

PE), considerou a decisão do Plenário "soberana". E acrescentou:

"Acredito que os eleitores sabem que um parlamentar deve ser bem pago". O PT foi o único partido que retirou seus parlamentares do Plenário, segundo seu líder José Fortunati, "para que todos soubessem que não aceitamos esse absurdo". A votação dos vetos estava prevista para ocorrer em cédula com 32 vetos (uma espécie de cartilha), para desobstruir a pauta do Congresso, onde estavam vetos do tempo do ex-presidente Fernando Collor. O voto da isonomia foi votado separadamente, por causa de requerimento do PT, que tentava obstruir sua votação.

Além dos parlamentares, poderão ser beneficiados com a isonomia forçada os ministros de Estado, que passariam de CR\$ 2.408.320,86 para CR\$ 5.130.536,95, com um aumento real de 113,03%.